

Expansionismo brasileiro e subimperialismo

Brazilian expansionism and subimperialism

Angelita Matos Souza*

Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 130, mar.-abr. 2012 [p. 8 a 13]

O expansionismo de empresas brasileiras, assim como empreendimentos liderados por construtoras e financiados por bancos estatais do Brasil, vem produzindo manifestações de descontentamento com o “imperialismo” brasileiro, presentes em movimentos sociais, trabalhos acadêmicos e meios de comunicação latino-americanos. Neste contexto, tem chamado atenção certa retomada da “teoria” do subimperialismo de Ruy Mauro Marini, perspectiva que carece de muitas revisões e atualizações (e não apenas devido ao destaque atual dos IED brasileiros), sendo o esquema explicativo do autor (superexploração & subconsumo → subimperialismo) demasiadamente centrado no peso dos fatores externos, além de ser a matriz “consumo” problemática a qualquer teoria do imperialismo e ainda mais na era da globalização financeira. Mas interessa-nos na abordagem da noção de subimperialismo de Marini, sobretudo, destacar a imprecisão quanto à definição de capital financeiro, com comentários acerca do capitalismo monopolista no Brasil e sobre governos do PT e empresariado.

Subimperialismo e capitalismo monopolista no Brasil

Definida como a forma que a economia dependente pode assumir na etapa monopolista, visando a conquista de mercados externos para exportação de manufaturas e capital, em cooperação antagonica com as economias centrais, Marini desejava com a noção entender o expansionismo brasileiro durante a ditadura militar:

Hemos definido, en otra oportunidad, al subimperialismo como la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de lo monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza. (...) A falta de datos más precisos, la composición orgánica de capital de una nación puede inferirse de la participación de su producto manufacturero en el producto interno bruto. (MARINI, 1977:17, grifo nosso)

A citação condensa o significado de subimperialismo para o autor, no qual as exportações de manufaturas, o consumo suntuário e a demanda estatal constituem elementos centrais à realização do valor tendo em vista as dificuldades impostas pelo subconsumo & superexploração da força de trabalho. Definição que tende à diferenciação

* Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – IFCH-UNICAMP. Doutora em Economia Aplicada pela Universidade de Campinas – UNICAMP e docente na Universidade Estadual Paulista – UNESP-Rio Claro. (angelitams2010@gmail.com)

por “graus”, de difícil operação: no capitalismo monopolista dependente os limites ao consumo de massa decorrentes da exploração da força de trabalho seriam maiores, o consumo suntuário e a demanda estatal mais importantes e nem todo capitalismo dependente será subimperialista devido aos distintos “graus” de composição orgânica. Critério de distinção subjacente também à ideia da “política expansionista relativamente autônoma”.

Ainda que não sejam inverdades, é complicado sustentar uma teoria por esse caminho, sendo o consumo de massa muito bem vindo, porém não decisivo à capacidade de acumulação/reprodução da economia capitalista, por toda parte combinada ao acesso limitado das massas ao consumo (inclusive nas economias centrais). A limitação do consumo pode contribuir para acirrar contradições, dificultando a convivência entre capitalismo e democracia liberal e entre governantes (dependentes do “mercado de votos”) e detentores da riqueza, mas não é a causa do imperialismo ou o central no entendimento das crises (a crise atual, por exemplo, pode ser compreendida melhor a partir do descolamento entre atividade financeira e economia real). Por sua vez,

Supor que a baixa capacidade aquisitiva “das massas” é a razão imediata das crises [e/ou do imperialismo], significa admitir que o capitalismo produz, fundamentalmente, para “as massas”, significa admitir que, mesmo se valorizando, o capital produz para atender às necessidades sociais, e não o contrário, ou seja, o fato de que no capitalismo as necessidades sociais e o consumo das massas não só estão subordinadas, como em realidade, têm muito pouco a ver com as necessidades do capital. (MAZZUCHELLI, 1983: 65)

Não é possível atribuir a Marini qualquer articulação estreita entre crises e subconsumo das massas e o autor não toma crise por estagnação: “(...) para un marxista, las crisis corresponden a saltos del capitalismo hacia su destrucción, pero no se confunden con el estancamiento; todo lo contrario, resultan de la acumulación capitalista misma, es decir, del desarrollo capitalista” (MARINI, 1978). No entanto, a centralidade da problemática do consumo & superexploração da força de trabalho na sua abordagem das economias dependentes é inegável: “Lo que sostengo es, simplemente, que la superexplotación, al restringir el consumo popular, no lo convierte en factor dinámico de realización y lleva a que las ramas orientadas al consumo popular tiendan al estancamiento e incluso a la regresión” (Ibidem, idem). No mesmo texto:

Mi tesis central, sobre la que insisto en todos mis textos, es otra: *el capitalismo dependiente, basado en la superexplotación del trabajo, divorcia el aparato productivo de las necesidades de consumo de las masas, agravando así una tendencia general del modo de producción capitalista; ello se expresa, a nivel de la diversificación del aparato productivo, en el crecimiento monstruoso de la producción suntuaria, respecto al sector de producción de bienes necesarios.*¹

Neste esquema interpretativo, as exportações de manufaturas e capital seriam economicamente necessárias ao capital nacional, associado ou estrangeiro, que converteriam o Brasil numa plataforma de exportações especialmente para o continente latino-americano, “necessidade” articulada à etapa do monopólio/capital financeiro. E aqui reside o problema maior: o processo de desenvolvimento capitalista não logrou a conformação de um capital financeiro nacional, a partir da fusão entre capital bancário e produtivo, segundo o modelo das economias centrais. Levou à concentração e centralização do capital, tanto no setor produtivo como no bancário, independentemente um do outro, com financiamentos de longo prazo para investimentos produtivos atrelados às agências estatais (situação até hoje praticamente inalterada).

À época de Delfim Neto como poderoso ministro da ditadura militar, o apoio ao processo de centralização/concentração no setor financeiro era justificado pela expectativa de que evoluísse para os conglomerados financeiro-

¹ Na versão online consultada não há indicação de páginas.

-industriais, todavia a economia brasileira não alcançaria tal patamar. Menos que a incursão dos grandes bancos às atividades produtivas, houve algum interesse de grupos industriais na criação de bancos próprios, atividade financeira subordinada à atividade produtiva predominante, já que as altas taxas de lucratividade (apesar do “subconsumo”) não estimulavam posturas mais agressivas rumo à diversificação no setor financeiro. As reformas dos anos 1990 também não levariam a tanto, mas pode vir a ser o resultado da atual política de incentivo aos campeões nacionais. Por enquanto, não caberia a nenhum grande grupo nacional a definição de “conglomerado produtivo-financeiro”, sequer aos que apresentam maior diversificação e internacionalização².

Se poderia argumentar que o “sub” indica justamente essa insuficiência: um imperialismo sem capital financeiro, levado a cabo com recursos públicos e participação, direta ou indiretamente, do capital financeiro internacional. Não era a posição de Marini (e se for essa a ideia precisa ser desenvolvida) nem seria esse um traço estrutural das economias dependentes (um elemento invariante), pois não é impossível a conformação de um capital financeiro nacional nos limites do capitalismo dependente-associado. Na Espanha, por exemplo, o processo de privatizações resultou na fusão dos setores bancário e produtivo (mormente infraestrutura), organizados em torno de dois grandes grupos financeiros privados (o “núcleo duro” da economia) que liderariam o expansionismo espanhol dos anos 1990.

No Brasil, talvez seja a Vale o mais próximo do “ideal” de conglomerado produtivo-financeiro. A empresa é controlada por um consórcio de proprietários, cujos dois acionistas diretos são o BNDESPAR (BNDES) e a Valepar – que reúne Bradespar (do Bradesco, com pequena participação de um grupo português), a multinacional japonesa Mitsui e mais duas empresas, a Eletron (firma de investimentos do banco Opportunity) e a Litel (um grupo de fundos de pensão de estatais, com destaque para Previ/BB). Além da complexa associação entre proprietários, o grupo tem investimentos em várias firmas, com destaque para o setor de logística. Portanto, um grupo bastante internacionalizado, reunindo capital produtivo, capital bancário público e privado, fundos de pensão, com participação minoritária do capital estrangeiro, atuante em várias firmas e passível de acusações de imperialismo. Enfim, o capital monopolista moderno, mais à maneira europeia devido à presença estatal via BNDES e fundos de pensão.

Pouco provável, a Vale pode ser considerada um grupo nacional de capital misto em associação com o capital estrangeiro, porém atua predominantemente no setor de minérios, com investimentos em logística subordinados ao ramo de atuação principal e pequenas participações em firmas variadas. Não constituindo exceção dentre os grandes grupos econômicos com maior presença no exterior, no geral destacam-se num ramo de atividade e tendem à expansão em negócios relacionados ou atividades complementares ao carro-chefe (LAZZARINI, 2011:64³). É o caso do grupo mais internacionalizado do país, o JBS/Friboi, que, apesar das relações com o BNDES (com participação em torno de 30% na empresa), está longe de ser um caso de fusão entre o setor produtivo e o bancário sob a liderança do Banco – este que parece servir aos interesses expansionistas dos acionistas majoritários (os irmãos Batista), o mesmo se podendo afirmar de outras participações da Instituição em empresas privadas – como Marfrig e OI/Telecom.

Como o JBS/Friboi, a Gerdau é bastante especializada (siderurgia) e os dois grupos têm se expandido por meio do controle acionário das empresas adquiridas, com poucas experiências de *joint ventures*; e ambos abriram bancos próprios a fim de dispor de financiamento para clientes/fornecedores, atividade subordinada dentro dos grupos. Posição semelhante a do Banco Votorantim – do grupo atuante nos setores de minérios, siderurgia, cimentos, energia, agroindústria, celulose/papel –, salvo da falência recentemente graças à associação como o Banco do Brasil, que adquiriu quase metade da instituição. Nas grandes empresas de construção/engenharia – Odebrecht, Camargo

2 Não estamos defendendo que as economias dependentes reproduzem as etapas da história do capitalismo no centro – de forma mais ou menos linear. De fato, essa é uma conclusão que consideramos possível extrair de obras de Marini, de nossa parte estamos apenas apontando para a imprecisão teórica sobre o capital financeiro (adotando a perspectiva de Hilferding-Lênin) e defendendo a história político-econômica na análise do expansionismo brasileiro.

3 Sergio G. Lazzarini, em *Capitalismo de laços*, traça o quadro da diversificação e dos “laços” entre os maiores grupos brasileiros (num emaranhado mundo pequeno). Além do livro de Lazzarini e sites das empresas, consultamos o Ranking Sobeet/Valor em “Presença Global”, do *Valor Econômico*, setembro de 2011.

Corrêa, Andrade Gutierrez –, internacionalizadas e apresentando alguma diversificação, não identificamos associações com o setor bancário (a Camargo Corrêa vendeu sua participação no Itaú). O grupo Itaú-Unibanco, o mais internacionalizado dos bancos, destaca-se menos que o Bradesco no financiamento/participação em empresas do setor produtivo, mas detém a Duratex (produtos de madeira e materiais sanitários), Elekeiroz (produtos químicos) e Itaotec (computadores e serviços de tecnologia de informação).

Em síntese, nossa hipótese é que a economia brasileira não está suficientemente monopolizada (não alcançou a “etapa” do capital financeiro) e o BNDES funciona mais como fomentador deste processo, numa conjuntura na qual o desenvolvimentismo expansionista veio ao encontro da reconfiguração das relações governo-empresariado, intensificado como política anticíclica diante da crise de 2008/2009. E na ausência de capital financeiro e poder militar são desproporcionais as acusações de imperialismo ao Brasil.

Governos do PT e empresariado

Nos governos Lula, por uma série de razões políticas e ideológicas, os representantes do setor produtivo nacional aumentaram sua influência sobre o governo federal, sendo dimensão relevante a internacionalização econômica e sua “racionalização discursiva” em torno dos campeões nacionais e da liderança/integração regional. Diríamos mesmo que ocorreu certo deslocamento do discurso à esquerda para a dimensão da política externa, com ênfase nas relações com a América do Sul (ou diplomacia sul-sul de maneira geral). Porém não devemos encarar a “racionalização discursiva” em torno da política econômica/diplomática como mera “balela”, em geral os dirigentes políticos acreditam e tendem a perseguir seus objetivos, podendo sempre alcançar êxitos.

Considerando apenas os investimentos diretos no estrangeiro, o expansionismo de empresas brasileiras como a Petrobras, Gerdau, Votorantin, Vale, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa é anterior aos governos Lula, mas foi especialmente incentivado no segundo mandato do ex-presidente (em alguns casos, tais como JBS, Marfrig, BRF Brasil Foods, produzido/alavancado por este). Por um lado, acompanhando a alta nos preços internacionais das *commodities*, tendo em vista a demanda do mercado asiático, as perspectivas de lucros por meio do controle de recursos estimularam a expansão especialmente em países vizinho. De outro, a prestação de serviços no setor de construção/engenharia pelas grandes empreiteiras foi incentivada pelos empréstimos públicos. Conforme matéria da *Folha de São Paulo*:

A exportação de obras de construtoras brasileiras explodiu nos últimos dez anos. O desembolso de financiamentos do BNDES para obras de empreiteiras brasileiras no exterior aumentaram 1.185% entre 2001 e 2010, passando de US\$ 72, 897 milhões para US\$ 937, 084 milhões. No governo Lula, que usou a diplomacia presidencial para abrir mercados para empresas brasileiras na África e América Latina, o crescimento foi de 544%. Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa tiram uma parcela cada vez maior de seu faturamento de obras feitas em países como Venezuela, Peru, Angola e Moçambique. (...) “O banco financia obras de infraestrutura desde 1997 e jamais houve uma demanda tão grande para projetos no exterior”, diz Luciene Machado, superintendente de comércio exterior do BNDES. “Antes isso se restringia à Odebrecht, mas agora vemos todas as empreiteiras fazendo uma opção pela internacionalização”, afirma. (*Folha de São Paulo*, 18/09/2011, caderno Mercado)

A política de financiamento das exportações de bens e serviços de empresas brasileiras pelo BNDES, ainda que possa ser taxada de imperialista (financiamentos geram juros e vendas de serviços/equipamentos), não deixa de ter efeitos positivos para a economia dos países receptores. Obras em países vizinhos representam ganhos de infraestrutura, empregos e crescimento econômico, sendo mais fácil negociar/barganhar com um país em desenvolvimento sem grande poder de imposição (mesmo o calote de dívidas é mais fácil). Ademais, o expansionismo recente está

mais para componente da “fórmula política” de equalização dos conflitos de interesses que atravessam a cúpula do Estado, do que orientado por uma estratégia de desenvolvimento na qual a liderança/integração regional ocuparia posição destacada. Tanto que a maioria das obras em países vizinhos, financiadas pelo BNDES, são obras domésticas, não estratégicas à integração, e os projetos da IIRSA (agora COSIPLAN) avançaram pouco.

Neste ponto, gostaríamos de retomar a análise de Carlos Lessa sobre o II PND, segundo a qual o raio de manobra às decisões estatais, dentro de uma estrutura de dominação, está delimitado por grandes “pactos”. Apesar das dificuldades na definição de “pacto”, podemos apreendê-lo como as coalizões de interesses dominantes praticamente inatacáveis, devido à articulação com o capital internacional ou à centralidade que adquirem internamente na harmonização dos diversos interesses em jogo, necessária à própria amortização dos conflitos derivados da articulação com o capital financeiro internacional. No Brasil “moderno”, um pacto seria de particular importância, mantendo estreita articulação com os investimentos públicos: o que solda numa ampla frente de interesses o bloco da grande engenharia nacional com frações do capital industrial nacional e estrangeiro e, pelo volume de emprego gerado direta e indiretamente, com o comércio e setor agrário. (LESSA, 1998)

As grandes obras de engenharia, dentro e fora do país, encaixam-se perfeitamente a essa lógica, a qual é possível apreender como “política do possível”, entre interesses financeiros e produtivos em disputa na cúpula do Estado. Críticas aos investimentos no exterior – que poderiam ser direcionados para investimentos/geração de empregos internamente – são rechaçadas sob o argumento de que os IBD no exterior são ao mesmo tempo investimentos no país, pois promovem exportações de serviços, equipamentos, insumos etc. É fato, contudo a geração de empregos “fora” chama atenção – nos casos do JBS e Gerdau, em torno de 60% e 45% respectivamente. Não obstante, nos limites do padrão de acumulação “financeirizado” dominante – orientado pelas metas de inflação, superávit primário, câmbio flexível e juros altos –, a economia brasileira não teria como crescer contínua e animadamente, sendo a indústria de bens de consumo a mais afetada pelas vantagens das importações (e seria pior sem os investimentos no estrangeiro).

Concluindo: o desenvolvimentismo internacionalizado está mais para fórmula política de equalização dos conflitos de interesses que atravessam a cúpula do Estado do que orientado por um plano estratégico de desenvolvimento – o que não significa que seja infrutífero nesta direção. Eis um bom ponto de partida à investigação do tema do expansionismo brasileiro nos governos do PT, apontando para um último limite na perspectiva de Marini: a importância reduzida que a vida política interna tem na sua análise. Desta ótica, a noção de dependência de Cardoso e Faletto (2004) é bem mais produtiva: a relação interna entre as classes, em suas relações com o Estado, é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência – e ao expansionismo das economias dependentes. E como a prática política em alguma medida sempre coincide com a racionalização discursiva, quem sabe desta vez seja o capital financeiro alcançado e possa o “pacto” funcionar em prol da integração regional.

Bibliografia Citada

- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços – Os donos do Brasil e suas conexões*. São Paulo: Campus, 2011.
- LESSA, Carlos. *A estratégia do desenvolvimento, 1974-1976; sonho e fracasso*. 2ª Ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998. (coleção 30 anos de Economia-Unicamp, 5)
- MARINI, Ruy Mauro. “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”. *Cuadernos Políticos*, n. 12, México, abr-jun 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/>
- MARINI, Ruy Mauro. “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)”. *Revista Mexicana de Sociología*, número especial, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1978. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/>

MAZZUCHELLI, Frederico. *Capitalismo: tendência e crises* (uma reflexão a partir de Marx). Campinas: IE/UNICAMP, 1983. (Tese de Doutorado)

“Presença Global”, *Valor Econômico*, setembro de 2011. Disponível em: <http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=3&edicao=5>.

Resumo

Este artigo aborda a noção de subimperialismo na compreensão do expansionismo brasileiro. O objetivo é apontar para os limites do conceito de Ruy Mauro Marini, arriscando comentários sobre o capitalismo monopolista no Brasil.

Abstract

This paper intends to discuss the notion of subimperialism in the understanding of Brazilian expansionism. The objective is to point to the limits of the concept of Ruy Mauro Marini, making comments about the monopolistic capitalism in Brazil.

Palavras-chave: expansionismo; imperialismo; capital financeiro

Keywords: expansionism; imperialism; financial capital

Recebido em 01/11/2011

Aprovado em 16/02/2012

